



Número: **0801562-32.2019.8.15.0881**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de São Bento**

Última distribuição : **29/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.425,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALISSON GOMES DE MORAIS (AUTOR)		JAQUES RAMOS WANDERLEY (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
25712 594	29/10/2019 15:35	Petição Inicial	Petição Inicial
25712 951	29/10/2019 15:35	1 Procuração	Procuração
25712 952	29/10/2019 15:35	2 Declaração de Insenção de Imposto de Renda	Outros Documentos
25712 954	29/10/2019 15:35	3 Declaração de Pobreza	Outros Documentos
25712 956	29/10/2019 15:35	4 Processo Administrativo	Documento de Comprovação
25712 957	29/10/2019 15:35	5 Documetos Pessoais	Documento de Identificação
25712 959	29/10/2019 15:35	6 Comprovante de Residência	Documento de Comprovação
25712 960	29/10/2019 15:35	7 Documento do Veículo	Documento de Comprovação
25712 961	29/10/2019 15:35	8 Boletim de Ocorrência	Documento de Comprovação
25712 963	29/10/2019 15:35	9 Ficha Ambulatorial do SAMU	Documento de Comprovação
25712 967	29/10/2019 15:35	10 Relatório de Transferência Médica	Documento de Comprovação
25712 969	29/10/2019 15:35	11 Termo de Responsabilidade Médica	Documento de Comprovação
25712 974	29/10/2019 15:35	12 Ficha de Atendimento Ambulatorial	Documento de Comprovação
25712 978	29/10/2019 15:35	13 Histórico de Enfermagem	Documento de Comprovação
25712 987	29/10/2019 15:35	14 Tomografia de Crânio	Documento de Comprovação
25712 994	29/10/2019 15:35	15 Atestado Médico	Documento de Comprovação
25712 997	29/10/2019 15:35	16 Laudo Médico	Documento de Comprovação
25713 202	29/10/2019 15:35	17 CNIS COMPROVANTE DE DESEMPREGO E POBREZA	Documento de Comprovação
26968 657	12/12/2019 21:57	Despacho	Despacho

28173 629	11/02/2020 14:07	Petição hipossuficiencia	Petição
28173 634	11/02/2020 14:07	ALISSON CNIS	Outros Documentos
28173 639	11/02/2020 14:07	GuiaCustas ALISSON	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
30464 684	11/05/2020 21:20	Despacho	Despacho
30597 454	12/05/2020 16:55	Expediente	Expediente
31268 957	04/06/2020 10:07	Certidão	Certidão
31274 328	04/06/2020 12:00	Petição	Petição
31584 736	16/06/2020 09:30	Juntada comprovante pagamento 1º parcela guia custas	Petição
31584 740	16/06/2020 09:30	Comprovante pagamento 1ºparcela custas judiciais	Documento de Comprovação
31838 158	29/06/2020 23:27	Despacho	Despacho
32197 039	09/07/2020 14:50	Expediente	Expediente

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE SÃO BENTO – PB.

ALISSON GOMES DE MORAIS, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob o nº. 100.616.604-18 e no RG sob o nº. 3.723.619 SSDS/PB, residente e domiciliado no Sítio Maravilha, s/n, Zona Rural, Paulista – PB, por meio de seu procurador e advogado que esta subscreve, Bel. Jaques Ramos Wanderley, OAB/PB 11.984, com endereço no rodapé, vem, perante Vossa Excelência, ajuizar a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada a Rua Senador Dantas, 76, 3º andar, CEP: 20.031-201, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos fatos e motivos que passa a aduzir:

1. DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Cumpre salientar que a Requerente não possui condições financeiras de arcar com custas processuais e honorários advocatícios, uma vez que se trata de humilde agricultor, que não possui renda fixa e que depende da ajuda de familiares e amigos para sobreviver.

Por esta razão, requer os benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 95 do Código de Processo Civil de 2015, anexando aos autos declaração de pobreza, declaração de isenção de imposto de renda e Cadastro do INSS, com intuito de declarar e comprovar sua situação de hipossuficiência.

2. DOS FATOS

O promovente foi vítima de acidente de trânsito no dia 02 de novembro de 2017, conforme boletim de ocorrência, em anexo.

Do malsinado acidente, o mesmo sofreu grave **TRAUMATISMO CRÂNIANO ENCEFÁLICO e FRATURA NA MÃO DIREITA**, que, conforme documentos médicos anexados, resultou-lhe em hematoma subgaleal em toda a região frontal, mais proeminente à direita, com aumento de partes moles, frontal e periorbitário à direita, enfisema subcutâneo (conforme laudo do exame, com imagens hiperdensas de permeio, configurando corpos estranhos); fratura frontal e da asa do esfenóide à direita, com hemossinus frontal direito, esfenoidais, etmoidais e maxilares; com aparente apagamento dos sulcos entre os giros corticais e fissuras Sylvius, demonstrando edema; quanto as lesões na mão, o autor sofreu fratura no 2º e 5º metatarso, conforme CID 10 S 62.3 mencionado nos laudos médicos.

Tendo o Promovente sido submetido a **procedimento médico**, e, mesmo após os tratamentos realizados, permanece impossibilitado de praticar suas atividades diárias, em



detrimento DAS FORTES DORES SOFRIDAS, DORMÊNCIA, CEFALÉIA, ENJOO, INSÔNIA, ANSIEDADE, ESQUECIMENTO, ALÉM DA PERDA DA FORÇA NA MÃO, DORMÊNCIA, BLOQUEIO E RIGIDEZ NAS ARTICULAÇÕES DOS DEDOS, O QUE TEM LHE IMPOSSIBILITADO DE APANHAR E SUSTENTAR OBJETOS PESADOS.

Logo, conforme Laudo Médico acostado aos autos, o Promovente sofreu lesões de caráter grave, ainda apresentando sequelas, fazendo **jus à três indenizações de “grau médio – 50%”**, sendo a primeira referente as lesões sofridas na cabeça, no valor de R\$ 6.750,00 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e a segunda e a terceira, cada uma, no valor de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), referente as lesões sofridas nos dedos da mão, o que gera um valor total de indenização de **R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais)**, conforme estabelece a Lei 6.194/74 combinada com a TABELA da SUSEP em anexo.

Diante os fatos, requereu administrativamente a empresa demandada o pagamento da indenização do seguro Obrigatório DPVAT (**SINISTRO: 3190455879**), referente à invalidez permanente constante no Laudo Médico e demais documentos médicos em anexo.

Acontece Excelência, que a seguradora realizou o pagamento, todavia o fez bem a quem do devido, uma vez que pagou em 27/08/2019, apenas a importância de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), conforme documento em anexo.

Ante os fatos, resta demonstrado que a companhia de seguros realizou o pagamento da indenização no valor menor que o realmente devido, devendo complementar o pagamento do sinistro em **R\$ 7.425,00 (sete mil, quatrocentos e vinte e cinco reais)**, os quais devem ser acrescidos de juros e correção monetária.

3. DO DIREITO

I - REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA

A matéria encontra-se regulamentada pela lei 6.194/74, que determina o pagamento de indenização máxima no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) aos beneficiários das vítimas de acidentes de trânsito, em caso de invalidez intensa de um dos membros, consoante se depreende, da leitura do caput do art. 3º, e inciso II, alterada pela LEI 11.482/07, in verbis:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

Todavia, as seguradoras não cumpriram sequer com os normativos da CNSP, pois não estabeleceu índices percentuais correspondente a debilidade que ficou sujeito o promovente.

Desta forma, aplicando-se os limites estabelecidos pela lei, bem como usando a própria TABELA DA CNSP, percebe-se que a indenização foi paga em valores inferiores aos realmente devidos, merecendo pois ser feito justiça, condenando-se a empresa promovida ao pagamento do valor devido.

As seguradoras não vêm cumprindo o que determina a lei, alegando em seu favor RESOLUÇÕES editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, que fixam os



valores das indenizações para cada tipo de cobertura.

Outrossim, registre que os documentos anexados, são suficientes a um julgamento meritório, sendo dispensado a apresentação de Laudo do IML.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJMG que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - DOCUMENTO DISPENSÁVEL - INÉPCIA NÃO CONFIGURADA - EXTINÇÃO PREMATURA - SENTENÇA CASSADA. É dispensável a juntada do Laudo do IML ou outro documento médico para instruir a ação de cobrança de seguro DPVAT, uma vez que é possível a comprovação do grau e da extensão das lesões durante a instrução processual. (TJ-MG - AC: 10686140012978001 MG, Relator: Aparecida Grossi, Data de Julgamento: 08/04/2015, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/04/2015). (Grifei)

AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - IRRELEVÂNCIA - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO - Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT não é indispensável a juntada, com a inicial, de laudo do IML, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento.

(TJ-MG - AC: 10024123336687001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 15/05/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/05/2014). (Grifei)

Aliás, tal entendimento não é isolado, senão vejamos:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML. IRRELEVÂNCIA. DOCUMENTAÇÃO QUE ACOMPANHA A PEÇA EXORDIAL É SUFICIENTE PARA AFASTAR A INÉPCIA DA INICIAL. SENTENÇA CASSADA. BAIXA DOS AUTOS À ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. APELO PROVIDO. (TJPR - 10ª C.Cível - AC - 1257132-5 - Marechal Cândido Rondon - Rel.: Ângela Khury - Unânime - - J. 05.03.2015) (TJ-PR - APL: 12571325 PR 1257132-5 (Acórdão), Relator: Ângela Khury, Data de Julgamento: 05/03/2015, 10ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1556 04/05/2015). (Grifei)

II - DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em casos de Seguro Obrigatório DPVAT, quando se tratar de verba complementar indenizatória, a correção monetária deverá iniciar-se a partir da data do ato ilícito que ensejou prejuízo para a vítima, compreendendo portanto, a data em que a seguradora não adimpliu corretamente ao pagamento em via administrativa, fazendo-o a menor. Deste modo entende o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA em sua Súmula 43 que assim preleciona: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo".



Coadunando com este mesmo entendimento, segue julgado do ilustre Relator José Sebastiao Fagundes Cunha do TJPR - Apelação Cível: AC 4451245 PR 0445124-5:

RECURSO DE APELAÇÃO COBRANÇA. SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA RECEBIDA PARCIALMENTE. QUITAÇÃO DO VALOR PAGO À MENOR. FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO VINCULADA AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. RESOLUÇÃO CNSP. NORMA QUE NÃO PODE SOBREPOR-SE À LEI ORDINÁRIA. HIERARQUIA DAS NORMAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 43 DO STJ. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO ADESIVO COBRANÇA. SEGURO DPVAT. QUITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EFETUADA A MENOR. INCIDÊNCIA DE JUROS DESDE O PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. JUROS. 1% AO MÊS A PARTIR DA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 - (12.01.2003) - E INCIDÊNCIA DE 0,5% ANTES DESTA DATA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. RECURSO ADESIVO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. 1. Restando demonstrado que o valor do seguro obrigatório DPVAT não foi pago em sua integralidade (40 salários mínimos), faz jus a autora ao recebimento da diferença entre o que foi pago e o que deveria sê-lo.

(...)

4. Súmula 43 do STJ: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo". No caso em apreço, verificou-se o ato ilícito contratual da seguradora quando não adimpliu corretamente, em sede administrativa, com a sua obrigação junto aos beneficiários do seguro obrigatório, motivo pelo qual é a partir desta data que a correção monetária deve incidir.

Consoante o exposto, pedimos licença para deixa de discorrer sobre o mérito, para adentrarmos nos pedidos.

4. DOS PEDIDOS

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

a) a citação da Promovida no endereço descrito no pórtico desta, para que no prazo legal em querendo, contestar a presente ação, sob pena de sofrer os efeitos da revelia e confissão;

b) seja a ação julgada procedente, para condenar a Promovida ao pagamento de **R\$ 7.425,00 (sete mil, quatrocentos e vinte e cinco reais)**, a título de indenização pelos danos em epígrafe, devidamente acrescidos de juros mora a partir da citação da empresa promovida e correção monetária, a contar da data em que ocorreu o acidente (02/11/2017);

c) a inversão do ônus da prova, nos precisos termos do art. 6º, VIII do CODECOM;

d) seja concedido os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, assegurados pelos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, tendo em vista não poder arcar com as despesas processuais por insuficiência de recursos.

e) a condenação da empresa promovida nas custas processuais, honorários advocatícios no valor de 20% e demais emolumentos legais.



Requer que **seja dispensada a designação da audiência de conciliação**, nos termos do art. 319, VII c/c art. 334, §4º, I do Novo Código de Processo Civil, tendo em vista a prática de atitudes reiteradas da Promovida em não demonstrar interesse na realização da COMPOSIÇÃO CONSENSUAL.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, além dos documentos que seguem em anexo, bem como REQUER, desde já, a produção de prova pericial, com a juntada dos quesitos.

Dar-se à causa para os devidos fins fiscais, o valor de **R\$ 7.425,00 (sete mil, quatrocentos e vinte e cinco reais)**.

Termos em que,

Pede deferimento.

Pombal – PB, 29 de outubro de 2019.

Bel. JAQUES RAMOS WANDERLEY

- OAB/PB 11.984 –

Bel. GUSTAVO RAMOS WANDERLEY

- Estagiário de Direito -



319045 ~~00000~~
5879

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: ALISSON GOMES DE MORAIS, BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGRICULTOR, COM RG 3.723.619 SSDS/PB E CPF: 100.616.604-18, RESIDENTE E DOMICILIADO NO SÍTIO MARAVILHA, S/N, ZONA RURAL, PAULISTA – PB.

OUTORGADO: Dr. JAQUES RAMOS WANDERLEY, brasileiro, casado, advogado OAB/PB 11.984, RG 2428326 SSP/PB, CPF nº 032.976.134-08; Drª. MAYARA OUEIROGA WANDERLEY, brasileira, casada, advogada, OAB/PB nº 18.791, RG 3141039, SSP/PB, CPF nº 059.842.772-09, ambos com escritório profissional a rua Francisco Almeida, nº 219, centro CEP: 58.840-000, Pombal – PB. Tele-fax: (83) 3431-1825 / Cel. (83) 9 9974-6390 (TIM) e (83) 9 8164-0979 (VIVO)

PODERES:

Pelo presente instrumento de mandato, o(a) outorgante acima qualificado(a), nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador, com os mais amplos poderes, inclusive os gerais para o foro, representá-lo em juízo ou fora dele, de acordo com o estatuto da Advocacia – Lei 8.906/94, bem como perante qualquer repartição pública Federal, Estadual ou Municipal podendo dito procurador, com vistas ao cabal desempenho deste mandato, tudo requerer e praticar, patrocinar a defesa dos interesses do(a) outorgante como autor(a) ré(u), oponente, assistente, ou de qualquer forma interessada, usar dos poderes contidos na cláusula “ad judícia”, mais os **poderes especiais** de receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, acordar, discordar, arguir suspeições, excepcionar, prestar caução, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica (em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15) e finalmente praticar todo e qualquer ato que se faça necessário ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, dando tudo por firme e valioso.

Os poderes específicos acima outorgados poderão ser substabelecidos.

POMBAL - PB, 05/07/2019.

x Alisson Gomes de Moraes
Outorgante



DECLARAÇÃO DE ISENTO DE IMPOSTO DE RENDA

ALISSON GOMES DE MORAIS, BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGRICULTOR, COM RG: 3.723.619 SSDS/PB E CPF: 100.616.604-18, RESIDENTE E DOMICILIADO NO SÍTIO MARAVILHA, S/N, ZONA RURAL, PAULISTA – PB em conformidade com a Lei nº 7.115/1983¹, declaro que sou isento da obrigação de declarar o imposto de renda devido ao fato de não me enquadrar nas condições especificadas pela Receita Federal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Pombal - PB, 05 de JULHO de 2019.

Alisson Gomes de Moraes

¹ Com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864/2008, de 25 de julho de 2008, deixou de existir a Declaração Anual de Isento, a partir do ano de 2008.

A isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado, conforme previsto na Lei 7.115/83.



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

ALISSON GOMES DE MORAIS, BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGRICULTOR, COM RG: 3.723.619 SSDS/PB E CPF: 100.616.604-18, RESIDENTE E DOMICILIADO NO SÍTIO MARAVILHA, S/N, ZONA RURAL, PAULISTA – PB, declara sob as penas da lei, que não pode arcar com despesas processuais por insuficiência de recursos, pelo que, nos termos assegurados pelos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça.

Declaro, ainda, ser conhecedor das sanções civis, administrativas e criminais, caso o presente documento não porte a verdade.

Pombal-PB, 05 de JULHO de 2019.

x Alisson Gomes de Moraes
DECLARANTE



SINISTRO 3190455879 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ALISSON GOMES DE MORAIS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE

INDENIZAÇÃO MARCOS AURELIO VIDAL CORRETAGEM DE SEGUROS EIRELI - ME

BENEFICIÁRIO ALISSON GOMES DE MORAIS

CPF/CNPJ: 10061660418

Posição em 25-09-2019 15:31:30

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

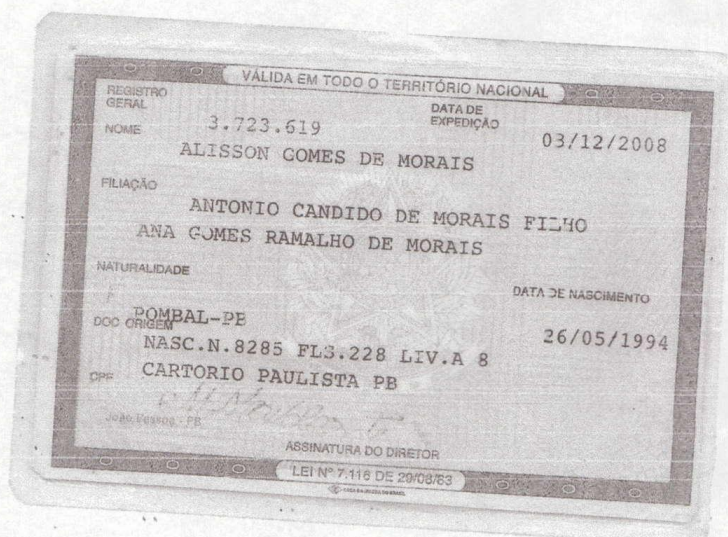
Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
27/08/2019	R\$ 675,00	R\$ 0,00	R\$ 675,00

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
14/08/2019	INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE	
04/08/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	





3 1 JUL 2019





Nota Fiscal/ Conta de Energia Elétrica Nº026.612.773
Cód. para Déb. Automático: 00000833178

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPE/ CNPJ/ RANI
Jun / 2019	17/06/2019	18/07/2019	694.417.584-34 Ins. Est.

JC (Unidade Consumidora): 5/83317-8

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.439, de 26 de abril de 2002.
Junte-se ao MOVIMENTO VACINA BRASIL. Saiba mais em saude.gov.br/vacinabrasil

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
17/05/19	12986	17/08/19	13178	1	192	31

Código	Descrição	Demonstrativo								
		Quantidade	Tarifa C/	Valor Base Calc.	Aliq.	Tcms(R\$)	Base Calc.	Pct(R\$)	Cofre(R\$)	
										Tributos Total(R\$)
0601	Consumo até 30kW/h-BR	30,000	0,287690	8,63	6,63	27	2,33	8,63	0,09	0,43
0601	Consumo - 31 a 100kW/h-BR	70,000	0,493540	34,54	34,54	27	9,32	34,54	0,37	1,72
0601	Consumo - 101 a 220kWh-BR	92,000	0,740930	68,10	69,10	27	19,39	68,10	0,75	3,40
0601	Adic. B. Amarela			1,10	1,10	27	0,30	1,10	0,01	0,05
0610	Subsídio			47,17	47,17	27	12,73	47,17	0,51	2,36
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0906	Devolução Subsídio			-31,57	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do Item	TOTAL:	127,97	159,54	43,07	159,54	1,73	7,96
Tarifa s/ Tributos: Até 30kWh 0,192860 Até 100kWh 0,330280 Até 220kWh 0,495420							

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
193	26/06/2019	R\$ 127.97

Histórico de Consumo (kWh)

176	189	205	174	192	225	198	207	198	188	175	190
Jun/18	Jul/18	Aug/18	Sep/18	Oct/18	Nov/18	Dec/18	Jan/19	Feb/19	Mar/19	Apr/19	May/19

RESERVADO AO FISCO

8710.2ff5.a69f.395a.1957.21da.f630.de2e.

Indicadores de Qualidade 4/2019-Paulista				
	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	
DIC MENSAL	11,74	0,00		
DIC TRIMESTRAL	23,48		NOMINAL	220
DIC ANUAL	46,96			
FIC MENSAL	7,87	0,00	CONTRATADA	
FIC TRIMESTRAL	15,34		LIMITE INFERIOR	202
FIC ANUAL	30,69		LIMITE SUPERIOR	239
DMIC	6,49	0,00		
DICRI	16,80			

Composição do Consumo

Discriminacao	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/PB	26,68	20,85
Compra de Energia	38,07	29,75
Serviço de Transmissão	4,15	3,22
Encargos Setoriais	9,31	7,23
Impostos Diretos e Encargos	52,78	41,23
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	127,97	100,00

Valor do EUSD (Ref. 4/2019) R\$33,71

ATENÇÃO

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$31,57

Faturas em atraso

3 1 JUL 2019



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTERIO DAS CIDADES	
DETRAN - PB Nº 013027304428 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO	
VIA	0025676474-3
COD RENAVAM	00/00000000
EXERCÍCIO	2017
NOME	
ALISSON GOMES DE MORAIS	
CPF / CNPJ	10061660418
PLACA	NQJ7969/PB
PLACA ANT / UF	NOVO PB
CHASSI	9C2KC1550AR215066
ESPECIE TIPO	PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC
COMBUSTIVEL	GASOLINA
MARCA / MODELO	HONDA/CG 150 FAN ESI
ANO FAB.	2010
ANO MOD.	2010
CAP / POT / CIL	2 P/149 /CI
CATEGORIA	PARTIC
COR PREDOMINANTE	VERMELHA
COTA ÚNICA	00/00/0000
VENÇ. COTA ÚNICA	1ª
VENÇ. COTAS	2ª
FAIXA I.R.V.A.	0
PARCELAMENTO / COTAS	3ª
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)	*****
IOF (R\$)	*****
PRÊMIO TOTAL (R\$)	*****
DATA DE PAGAMENTO	29/09/2017
OBSERVAÇÕES	
SEM RESERVA DE DOMÍNIO OBRIGATORIO	
NÃO VÁLIDO PARA TRANSFERÊNCIA	
LOCAL	PAULISTA-PB
DATA	29/09/2017
15466	15466

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES UL VIA ILIMESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT	
PB Nº 013027304428 BILHETE DE SEGURO DPVAT	
ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA www.seguradoralider.com.br SAC DPVAT 0800 022 1204	
EXERCÍCIO	2017
DATA EMISSÃO	29/09/2017
VIA	1
CPF / CNPJ	10061660418
PLACA	NQJ7969/PB
RENAVAM	00256764743
MARCA / MODELO	HONDA/CG 150 FAN ESI
ANO FAB.	2010
CAT. TAFE	9
Nº CHASSI	9C2KC1550AR215066
PRÊMIO TARIFÁRIO	
FNS (R\$)	*****
DENATRAM (R\$)	*****
CUSTO DO SEGURO (R\$)	*****
CUSTO DO BILHETE (R\$)	*****
IOF (R\$)	*****
DIÁLIA SEGURO DPVAT (R\$)	*****
PAGAMENTO	SEGURO
DATA DE QUITAÇÃO	29/09/2017
COTA ÚNICA	<input checked="" type="checkbox"/> COTA ÚNICA
PARCELADO	<input type="checkbox"/> PARCELADO
SEGURADORA LÍDER - DPVAT CHPJ 09.248.698/0001-04	
15466-1016539-20170929	

3 1 JUL 2019





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 1226/2017

Natureza da ocorrência: **ACIDENTE DE TRANSITO**
Data do fato: **02/11/17** hora: **19h:00min**

Notificante: **ALISSON GOMES DE MORAIS**, alcunha "**ALISSON**",
Nacionalidade: brasileiro, solteiro, estudante, naturalidade:
Pombal/PB, nascido em 26/05/1994, documento: RG nº 3.723.619
SDS/PB, filho(a) de Antonio Candido de Moraes Filho e de Ana Gomes
Ramalho de Moraes, endereço: Sítio Maravilha, Zona Rural de
Paulista/PB, referência: telefone para contato 83-9823 8552.

Sob a responsabilidade do(a) Bel(a): **HOMERO PERAZZO FILHO**

Vítima: , alcunha " ", Nacionalidade: ,
naturalidade: , idade: ***, nascido em
/ / , cor/raça: *****, Estado Civil: *****,
Profissão: , Escolaridade: *****, documento:
filiação: e de , endereço: Rua , referência:
. Tel/Cel:() ;

HISTORICO DO FATO

O(a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas
ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE: Que o noticiante informa
que na data 02/11/17, por volta das 19h:00min o noticiante guiava
a motocicleta modelo Honda CG 150 Fan ESI, cor vermelha, placa NQJ
7969/PB, chassi 9C2KC1550AR215066, renavam 0025676474-3,
registrada em nome do noticiante quando nas imediações do Fórum da
cidade de Paulista/PB, uma motocicleta não identificada ao fazer
uma ultrapassagem bateu na motocicleta do noticiante; Que o
noticiante perdeu o controle da sua motocicleta vindo a cair no
asfalto; Que o noticiante foi socorrido pelo SAMU da cidade de
Paulista/PB e em seguida foi encaminhado para o Hospital de
Paulista/PB. Nada mais a consignar.

São Bento, 12 de Dezembro de 2017. Às 11:40 horas.

Alisson Gomes de Moraes

☒ Notificante

☐ Testemunha Arrogada

Assinatura do Policial responsável pelo registro

Matrícula: 168.620-8

POLEGAR DIREITO

3 1 JUL 2019



SAMU
192PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
FICHA DE REGULAÇÃO MÉDICA/ATENDIMENTO USE 12SAMU
192

- IDENTIFICAÇÃO/OCCORRÊNCIA

DATA: 02.11.17	HORA: 18:56	Nº ID: 29	PACIENTE/USUÁRIO: Alison Gomes de Moraes	IDADE: 23	SEXO: (X) M () F
LOCAL DA OCORRÊNCIA: PB 293			BAIRRO:	MÉDICO REGULADOR: Dr. Sclimio	
() TRANSFERÊNCIA DE: DESTINO:			APOIO LOCAL: () PM () RESGATE/BOMBEIROS () PRF () CPTRAN OUTRO:		
QTA: () NÃO SE ENCONTRA NO LOCAL () RECUSOU ATENDIMENTO () SOCORRIDO PELO BOMBEIRO () LOCAL NÃO ENCONTRADO					
() ÓBITO NO LOCAL () ÓBITO NO TRANSPORTE () CANCELADO () OUTRO:					

MOTIVO DA ATIVAÇÃO

Colisão moto/moto

EXAME		ESTADO INICIAL	CRÍTICO	GRAVE	MODERADO	LEVE
			INSTÁVEL	ESTÁVEL		
PELE	() PÁLIDO () CIANÓTICO () ICTÉRICO (X) SUDOREICO (X) CORADA () ÚMIDA () FRIA () PEGAGOSA		SINAIS VITAIS E PARÂMETROS EVOLUTIVOS			
VIA AEREA	(X) NORMAL () BRADIPNÉIA () TAQUIPNÉIA () APNÉIA () DISPNÉIA () RESP. RUIDOSA () OBSTRUÇÃO () HEMOPTISE () TOSSE PRODUTIVA VENTILAÇÃO: () ESPONT. () VENT. ASSIST. AUSC. PULM: () MV () RA- () CREPTOS () SIBILOS () RONCOS		HORA: 19.05			
CARDI	(X) NORMOCÁDICO () BRADICÁDICO () TAQUICÁDICO () BCNF () BCHF () PRECORDIALGIA () NORMOTENSO () HIPOTENSO () HIPERTENSO () PCR () EDEMA - LOCAL: ENCH. CAP: () > 2S () < 2S CHOQUE: () HIPOV () ANAFIL () SÉPTICO () CARDIOG		PA mmHg: 160x90			
DIGES	(X) NORM () EPIGASTRALGIA () HDA () HEMATÊMESE		FR l/r/n: -			
ABDO	(X) NORM () DISTENDIDO () DOLOROSO - LOCAL:		FC b/p/n: 99			
NEUR	(X) CONSCIENTE (X) ORIENTADO () CONFUSO () DESORIENTANDO () MIDRIASE () MIOSE () ANISOCO () ISOCORICA () DEFICIT MOTOR () DEFICIT SENSITIVO () CONVULSAO		SPO2 %: 98			
GINEC	() TRABALHO DE PARTO () ABORTAMENTO () DOR PÉLVICA () METORRAGIA () NASCIM. () BOLSA ROTA CONTRAÇÕES/MIN: BCF: () NORMOFO () HIPOFON		Tax°C: -			
QUEI	CAB PESC TANT TPOS PERI MSD MSE MID MIE		HGT mg/dl: 153			
	I		ECG: -			
	II		APGAR: -			
	III		PROCEDIMENTOS REALIZADOS			
ANTECEDENTES: () DIABETES () HAS () CARDIOPATIA () TABAGISTA () ETILISTA () ALERGIAS:			OXIGÊNIO: 1/min () CAT. NASAL () MR () BVM			
MEDICAMENTOS EM USO: ANTECEDENTES FAMILIARES:			() ASPIRAÇÃO DE VVAA () ELEVACÃO DE DECUBITO			
QUEIXAS: Dor			() CAN. OROFARÍNGEA () ML () CT () SNG () SVD			
			AVP ABOCATH N° LOCAL:			
			CURATIVO: (X) COMPR. () SIMPLES () TORNIQUETE			
			() IMOBILIZAÇÃO - LOCAL: () KED			
			(X) COLAR CERV. - TAM: PP			
			OUTROS:			

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Diagnóstico: () Ansiedade () Capacidade adaptativa intracraniana diminuída () Comunicação verbal Prejudicada () Confusão aguda (X) Deambulação prejudicada () Débito cardíaco diminuído () Desobstrução ineficaz de vias aéreas () Disreflexia autonômica (X) Dor aguda () Hipertermia () Hicóxia (X) Integridade da pele prejudicada () Integridade tissular prejudicada (X) Medo () Intolerância à atividade () Mucosa oral prejudicada () Padrão respiratório ineficaz () Risco de Perfusão tissular cerebral ineficaz () Perfusão tissular cardiopulmonar ineficaz () Risco de Perfusão tissular gastrointestinal ineficaz () Risco de Perfusão tissular renal ineficaz () Termorregulação ineficaz () Troca de gases prejudicada () Ventilação espontânea prejudicada () Volume de líquidos deficientes () Volume de líquidos excessivo () Náusea () Retenção urinária () Interação social prejudicada () Incontinência intestinal () Eliminação urinária prejudicada () Constipação () Outros:

Intervenções: Manter o paciente em SSUV imobilizado seguindo protocolo de trauma, AUP com SRE.

Implementações da assist. / evolução de enfermagem: Paciente consciente, orientado, vítima de colisão moto/moto, SSUV preservado, com trauma na região frontal do crânio, sinal de Quechua em olho direito, desorientado em tempo e espaço, foi atendido e encaminhado para o Hospital Local, onde foi evoluído e transferido para o HRP, com o apoio da USA 05.

TERAPÊUTICA INSTITUÍDA

REPOSIÇÃO VOLÊMICA	VOLUME	MEDICAÇÕES	POSOLOGIA	VIA DE ADM	HORÁRIO
SOLUÇÃO RINGER LACTATO	500 ml				
SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9%					
SOLUÇÃO GLICOSADA 0,5%					
OUTRO					

3, 1 JUL 2019

Diogo César de Almeida Barbosa
Enfermeiro
22.243.124

ENFERMEIRO: _____ EQUIPE _____
COREN: _____ TÊC. ENFER. _____
LOCAL DE DESTINO: _____ RESPONSÁVEL: *Jaques Ramos Wanderley* FUNÇÃO: _____
10-834

TERMO DE RECUSA

DECLARO PARA TODOS OS FINS QUE ESTOU RECUSANDO O ATENDIMENTO DISPONIBILIZADO PELO SAMU / PAULISTA - PB, NESTA OPORTUNIDADE:

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL: _____ RG: _____

TESTEMUNHA 01: _____ TESTEMUNHA 02: _____

PERTENCES DO PACIENTE

DESCRIÇÃO: _____

NOME DO RECEPTOR: _____ FUNÇÃO: _____

ASSINATURA DO RECEPTOR: _____

31 JUL 2019



3 1 JUL 2019



SAMU Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192
Paulista-PB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
BASE PAULISTA
SAMU 192

Relatório de Transferência Inter-Hospitalar / Intermunicipal

Ocorrência nº 29 Data: 02.11.17 Hora: 18:56

Nome da Vítima: Alison Gomes de Moura Idade: 23

Evento: (e) Trauma: () Clínico: () Obstétrico: () Psiquiátrico: ()

Outros: _____

Procedimento: transferência

Solicitante: Dr. José Herminio

Destino: HUP Paulista

Contato: _____

Circunstância da Transferência

Paciente sofreu acidente de moto, com TCE e ferimento no antebraço esquerdo, com fratura do osso da ulna.

Identifique quais as ineficiências deste Hospital para a manutenção da vida do paciente:

Paciente U TCE. Deveria receber TC Cirúrgico - Escalpelar

Procedimentos realizados:

Arrobed, Antibiototerapia, Sutura.

Vantagens da transferência e avaliação de risco do traslado.

Receber TC Cirúrgico e ser conduzido e ser atendido no UVI + Prover melhor atendimento.

Dr. José Herminio de Sousa Neto
RFB-2010 CPF: 132.650.884-44
Emergência Geral



SAMU 192 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192
Paulista-PB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
BASE PAULISTA
SAMU 192

Termo de responsabilidade do médico solicitante de transferência de paciente,
regulamentado sob a Portaria M.S. 2.048/02 e Resolução C.F.M. 1.672/03.

1. Responsabilidades:

a. A responsabilidade de assistência ao paciente transferido é do médico solicitante, é que o mesmo seja recebido pelo médico da unidade responsável pelo transporte, nos casos de transferência em viatura de suporte avançado de vida ou até que o mesmo seja recebido pelo médico do serviço receptor. Nos casos de transferência de suporte básico de vida ou viaturas de suporte simples. O início da responsabilidade do médico da viatura de transporte ou do médico da unidade receptora não cessa a responsabilidade de indicação de avaliação do profissional da unidade solicitante.

b. O médico responsável pelo paciente, seja ele plantonista diário ou médico assistente, deve realizar as solicitações de transferência a central de regulação e realizar contato prévio com o serviço potencialmente receptor.

c. Não remover paciente em risco de vida, sem prévia e obrigatória avaliação, atendimento respiratório, emodinâmico e outras medidas urgentes específicas para cada caso, estabilizando e preparando para o transporte.

d. Esgotar seus recursos antes de acionar a central de regulação ou outros serviços do sistema local regional.

e. A decisão de transferir um paciente grave é estritamente médica e deve considerar os princípios básicos do transporte, quais sejam: não agravar o estado do paciente, garantir sua estabilidade e garantir o transporte com rapidez e segurança.

f. Informar ao médico regulador, de maneira clara e objetiva, as condições do paciente.

g. Elaborar documento de transferência que deva acompanhar o paciente durante o transporte e compor seu prontuário na unidade receptora registrando informações relativas ao atendimento prestado na unidade solicitante, como diagnóstico de entrada, exames realizados e as condutas terapêuticas adotadas. Este documento deverá conter o nome e CRM legíveis além da assinatura solicitante.

Julyana Cristina Silveira Soares
Secretaria Municipal de Saúde (interina)

31 JUL 2019



3002-98 FC-97 PA-160x90 HGT-153 FEITO 20h PA-160x110

HOSPITAL E MATERNIDADE EMERENTINA DANTAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PAULISTA - PB
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CNES: 2613530 CNPJ: 08.945.727/0001-53 Ficha Número: 19615

NOME: HOSPITAL MUNICIPAL EMERENTINA DANTAS

ENDEREÇO: VIGOLVINO CALIXTO, SN 58.860-000

CIDADE: PAULISTA ESTADO: PARAIBA UF: 25

Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Paciente: ALISSON GOMES DE MORAIS

Mae: ANA GOMES RAMALHO DE MORAIS

Nascimento: 26/05/1994 Idade: 23 Cor: BRANCA Sexo: M

Profissao: AGRICULTOR(A)

Endereco: SÍTIO MARAVILHA Num.:

Bairro: ZONA RURAL Fone: (83)9864-4715

Cidade: PAULISTA - PB - 58860-000 - 2510907

CNS: 705-0030-5047-0858 Identidade: 3723619

CPF: Reg. Nasc.:

Data / Hora: 02/11/2017 19:36:21 Recepcionista: VALERIA PATRICIA 5178

MOTIVO DO ATENDIMENTO E DESCRIÇÃO DO EXAME

DIAGNÓSTICO

Caracterização Atendimento

NATUREZA DA CONSULTA

TIPO DE ATENDIMENTO

MEDICAÇÃO

ENCAMINHAMENTO

Procedimento

Serviços Realizados

CBQ

IDADE

Serviços Auxiliares - Diag. / Terapia

REALIZADOS NA UNIDADE

SOLICITADOS

MATERIAIS E MEDICAMENTOS

HORÁRIO

Assinatura do(s) Profissional(s) Assistente(s) - Carimbo

Assinatura do Paciente e Acompanhante ou Responsável

Assinatura do Revisor Técnico - Carimbo

Assinatura do Revisor Administrativo - Carimbo

POLEGAR DIREITO

31 JUL 2019



Assinado eletronicamente por: JAQUES RAMOS WANDERLEY - 29/10/2019 15:32:57

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102915325545900000024857330>

Número do documento: 19102915325545900000024857330

HISTÓRICO DE ENFERMAGEM

PACIENTE: Alisson Gomes de Moraes Data / /

QUEIXA PRINCIPAL:

() Grave () Regular () Bom () Hidratado () Desidratado () Febril () Afebril () Acianótico
() Cianótico () Palidez () Anictérico () Ictérico () Corado () Deambulado () Acamado

DIETA:

Aceitando () Sim () Não Tipo () Livre () Líquida () Branda () Pastosa

HIGIENE:

Preservada: () Sim () Não

NÍVEL DE CONSCIÊNCIA:

() Consciente () Orientado () Desorientado () Comatoso
() Torporoso () Letárgico () Calmo () Agitado () Selado

DOR:

() Não () Sim Local: () Leve () Moderada () Severa

RESPIRATÓRIO:

() Eupnéico () Dispnéico () Taquipnéico

Tosse: () Presente () Seca () Produtiva Início: / /

CARDIOVASCULAR:

Ritmo: () Regular () Irregular () Taquicárdico () Bradiarcardeaco

Pulso: () Filiforme Cheio () Ausentes

GENITORINÁRIO:

Diurese: () Espontânea () SVD

Volume: () Normal () Anúrico () Oligúrico () Poliúrico () Polaciúrico

HISTÓRICO DE ENFERMAGEM

03.11.17 Paciente jovem vítima de acidente motociclístico (motor e moto) deu entrada nesta unidade trazido pela equipe do SAMU 192, agitado, apresentando cortes lacerados na região frontal e parte de grande porte. Realizada medicação, RVP calibrosa, contensão, viaja por desordem, SVD, ATB, encaminhado na UBD 12 para interceptar UBA. Remetido para o pronto atendimento médico. Onde realizou TC de crânio para maiores providências junto ao HUPOM. GLASGOW - 8. Em tempo SVD e oligúria + diurese calibrosa.

Enfermeiro - COREN

Enfermeiro - COREN

Enfermeiro - COREN

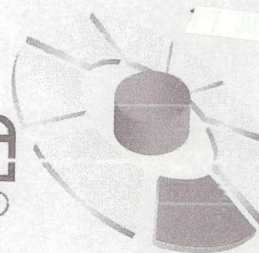
Enfermeiro - COREN

31 JUL 2019



Santa Cecília

CENTRO DE DIAGNÓSTICO



Paciente: ALISSON GOMES DE MORAIS
Nº do Paciente: 17000260594
Data de Nascimento: 26/05/1994
Solicitante: Dr. José Herminio de Sousa Neto
Data do Exame: 02/11/2017
Nº do Exame:
Procedência: Paciente Interno
Sexo: M
Convênio:

3 1 JUL 2019

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA MULTISLICE DO CRÂNIO

INDICAÇÃO CLÍNICA:

TCE.

TÉCNICA:

Exame realizado em aparelho de tomografia computadorizada, com colimação, filtros e reconstruções específicas para o segmento de interesse, sem a administração endovenosa do meio de contraste.

RESULTADO:

Hematoma subgaleal em toda a região frontal, mais proeminente à direita, com aumento de partes moles, frontal e periorbitário à direita, enfisema subcutâneo e imagens hiperdensas de permeio.

Fratura frontal e da asa do estenoide à direita, com hemossinus frontal direito, esfenoidais, etmoidais e maxilares.

O parênquima cerebral apresenta densidade usual.

Aparente apagamento dos sulcos entre os giros corticais e fissuras de Sylvius.

Cisternas da base de aspecto usual para a faixa etária.

Não há evidências de hemorragia intraparenquimatosa aguda, coleções líquidas extra-axiais ou desvio das estruturas da linha média.

Não há evidências de lesões focais detectáveis ao método na fossa posterior.

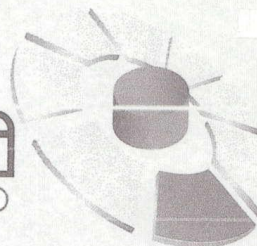
Ventrículos laterais, III e IV ventrículos de dimensões normais.

Unidade 1: Rua Coronel João Carneiro, 368 / Centro - Pombal - Pb Fone: (83) 3431-2020 / 9 9989-0097
Unidade 2: Rua Padre Sandoval Ferrer, s/n / Centro - São Bento - Pb Fone: (83) 3444-2945 / 9 9989-0237
Unidade 3: Av. Manoel Cavalcanti, 17 / Centro - Coremas - Pb Fone: (83) 9 9837-3284 / 9 9619-0076
Rio Braccc, 629-A / Centro - Jardim de Piranhas - Pb Fone: (84) 9 9813-4546



Santa Cecília

CENTRO DE DIAGNÓSTICO



3 1 JUL 2019

CONCLUSÃO:

Hematoma subgaleal em toda a região frontal, mais proeminente à direita, com aumento de partes moles, frontal e periorbitário à direita, enfisema subcutâneo e imagens hiperdensas de permeio (corpos estranhos).

Fratura frontal e da asa do esfenóide à direita, com hemossinus frontal direito, esfenoidais, etmoidais e maxilares.

Aparente apagamento dos sulcos entre os giros corticais e fissuras de Sylvius, sugerindo edema. Correlacionar com dados clínicos e controle tomográfico evolutivo.

Assinado Eletronicamente por: Dra. Vanessa Carra CRM 97486-SP | Médica-radiologista RQE 55309-SP através de Telelaudo Tecnologia Médica Ltda | CRM ES-1964-55 em Laudo Radiológico Criado em 02/11/2017 21:27:26 GMT -3 (Brasília Time)

Este documento contém informações de saúde identificáveis que são objeto de proteção legal. Esta informação destina-se ao uso exclusivo da instituição mencionada acima. Este é um exame complementar à consulta clínica. Descrições e hipóteses diagnósticas aqui contidas não devem ser analisadas isoladamente, mas correlacionadas com as demais informações (anamnese, exame físico e outros exames) pelo médico/dentista do paciente, a quem compete, exclusivamente, concluir o diagnóstico e decidir a conduta a ser seguida. O relator se coloca à disposição do médico/dentista para quaisquer esclarecimentos necessários.

Unidade 1: Rua Coronel João Carneiro, 368 / Centro - Pombal - Pb Fone: (83) 3431-2020 / 9 9989-0097

Unidade 2: Rua Padre Sandoval Ferrer, s/n / Centro - São Bento - Pb Fone: (83) 3444-2946 / 9 9989-0237

Unidade 3: Av. Manoel Cavalcanti, 17 / Centro - Coremas - Pb Fone: (83) 9 9837-3284 / 9 9619-0076

Rio Branco, 529-A / Centro - Jardim de Piranhas - Pb Fone: (84) 9 9813-4546



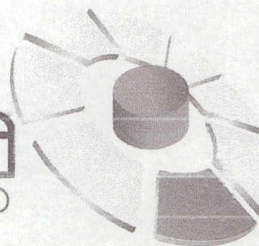
Assinado eletronicamente por: JAQUES RAMOS WANDERLEY - 29/10/2019 15:33:00

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102915325910600000024857342>

Número do documento: 19102915325910600000024857342

Santa Cecília

CENTRO DE DIAGNÓSTICO



Paciente: ALISSON GOMES DE MORAIS

Nº do Paciente: 17000260595

Data de Nascimento: 26/05/1994

Solicitante:

Data do Exame: 03/11/2017

Nº do Exame:

Procedência: Paciente Interno

Sexo: M

Convênio: Hospital Regional de Pombal

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA MULTISLICE DO CRÂNIO

INDICAÇÃO CLÍNICA:

Controle de TCE.

TÉCNICA:

Exame realizado em aparelho de tomografia computadorizada, com colimação, filtros e reconstruções específicas para o segmento de interesse, sem a administração endovenosa do meio de contraste.

RESULTADO:

Hematoma subgaleal em toda a região frontal, mais proeminente à direita, com aumento de partes moles frontal e periorbitário à direita, enfisema subcutâneo e imagens hiperdensas de permeio. Fratura frontal e da asa do esfenóide à direita, com hemossinus frontal direito, esfenoidais, etmoidais e maxilares.

O parênquima cerebral apresenta forma, posição, dimensões e densidade usuais.

Sulcos entre os giros corticais, cissuras de Sylvius difusamente apagados.

Sistema ventricular supratentorial e cisternas da base de aspecto usual para a faixa etária.

Estruturas da linha média centradas.

Não há evidências de lesões focais detectáveis ao método na fossa posterior.

O IV ventrículo é tópico e tem dimensões normais.

Unidade 1: Rua Coronel João Carneiro, 368 / Centro - Pombal - Pb Fone: (83) 3431-2020 / 9 9989-0097

Unidade 2: Rua Padre Sandoval Ferrer, s/n / Centro - São Bento - Pb Fone: (83) 3444-2946 / 9 9989-0237

Unidade 3: Av. Manoel Cavalcanti, 17 / Centro - Coremas - Pb Fone: (83) 9 9837-3284 / 9 9619-0076

Av. Rio Branco, 629-A / Centro - Jardim de Piranhas - Pb Fone: (84) 9 9813-4546



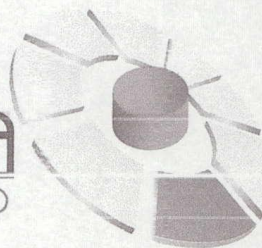
Assinado eletronicamente por: JAQUES RAMOS WANDERLEY - 29/10/2019 15:33:00

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102915325910600000024857342>

Número do documento: 19102915325910600000024857342

Santa Cecília

CENTRO DE DIAGNÓSTICO



CONCLUSÃO:

Hematoma subgaleal em toda a região frontal, mais proeminente à direita, com aumento de partes moles frontal e periorbitário à direita, enfisema subcutâneo e imagens hiperdensas de permeio. Fratura frontal e da asa do esfenóide à direita, com hemossinus frontal direito, esfenoidais, etmoidais e maxilares.

Sulcos entre os giros corticais, cissuras de Sylvius difusamente apagados.

Assinado Eletronicamente por: Paulo Bruno Trigo CRM 688070-RJ | Médico-radiologista RQE 23673-RJ através de Telelaudo Tecnologia Médica Ltda | CRM ES-1964-55 em Laudo Radiológico Criado em 03/11/2017 20:39:08 GMT -3 (Brasília Time)

Este documento contém informações de saúde identificáveis que são objeto de proteção legal. Esta informação destina-se ao uso exclusivo da instituição mencionada acima. Este é um exame complementar à consulta clínica. Descrições e hipóteses diagnósticas aqui contidas não devem ser utilizadas isoladamente, mas correlacionadas com as demais informações (anamnese, exame físico e outros exames) pelo médico/dentista de paciente, a quem compete, exclusivamente, concluir o diagnóstico e decidir a conduta a ser seguida. O relator se coloca à disposição do médico/dentista para quaisquer esclarecimentos necessários.

Unidade 1: Rua Coronel João Carneiro, 368 / Centro - Pombal - Pb Fone: (83) 3431-2020 / 9 9963-0097
Unidade 2: Rua Padre Sandoval Ferrer, s/n / Centro - São Bento - Pb Fone: (83) 3444-2946 / 9 9989-0237
Unidade 3: Av. Manoe. Cavalcanti, 17 / Centro - Coremas - Pb Fone: (83) 9 9837-3284 / 9 9619-0076
Rio Branco, 629-A / Centro - Jardim de Piranhas - Pb Fone: (84) 9 9813-4546





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE



31 JUL 2019

HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL "SENADOR RUI CARNEIRO"
SECRETARIA DE SAÚDE

ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins, que ALISSON CARNEIRO
DE MONTA
portador (a) do RG _____, foi submetido(a) à
consulta médica nesta data, no horário das _____ horas,
sendo portador da infecção CID-10 S62.3
Em decorrência, deverá permanecer afastado(a) de suas
atividades laborativas por um período de 90
(noventa) dias, a partir desta data.

Pombal - PB, 02 de 11 de 20 17


Dr. Rildo Alberto
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM/PB 9251

Assinatura e Carimbo do Médico

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o



Hospital Regional de Pombal
Senador "RUI CARNEIRO"

Rua Cel. João Leite 294 - Centro - Fone (83) 3431-2149 - Pombal - PB.

Nome: ALISSON COMES DE MORAIS

AO INSS

LAPO MÉDICO

CID 10:

S62.3

ATENDIMENTO PARA FIM DE PENSÃO
MÉDICO QUE O PRESENTE INTERVENIENTE
FOI ATENDIDO POR ESTE SERVIÇO EM
02/NOVEMBRO/2017 POR UM ACIDENTE
DE MOTO. FOI ATENDIDO POR UM
A FRAÇÃO DE 5% QUINOPETIA ALVI-
TO. NO MOMENTO COM DÉFICIT DE
EXTENSÃO DE INTERFLEXÃO DIS-
TO 5% QUINOPETIA. FRAÇÃO DE FA-

Data: 16/12/17

Dr. Túlio Alberto
ORFEDU ETIA-MATOLOGIA
Médico

"Tudo posso naquele que me fortalece"

31 JUL 2019



Carta 115M, 1160, 1161 e 1162
do QUINOMETRIA DIVERSOS EM COLIOL.

MAH.

ONEROS FISIOTERAPIA E MATERIAIS
ACOMPANHAMENTO.

Pouco 16 de dezembro

2017

16/12/17

Dr. Túlio Alberto
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM/PE 8251

31 JUL 2019





INSS
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Relações Previdenciárias - Portal CNIS

29/10/2019 09:51:06

Identificação do Filiado

Nit: 2.006.396.549-0 CPF: 100.616.604-18 Nome: ALISSON GOMES DE MORAIS
Data de Nascimento: 26/05/1994 Nome da Mãe: ANA GOMES RAMALHO DE MORAIS

Relações Previdenciárias

Seq.	NIT	Código Emp./NB	Origem do Vínculo	Tipo Filiado no Vínculo	Data Início	Data Fim	Últ. Remun.	Indicadores
1	2.006.396.549-0	02.238.732/0001-40	OLINDINA SERVICOS GERAIS LTDA	Empregado	21/05/2012	30/07/2012	07/2012	

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.

Scanned by CamScanner





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA COMARCA DE SÃO BENTO Fórum Gov. João Agripino

Filho, Praça Álvaro Dias, 65, Centro, São Bento - PB. CEP 58.865-000 Tel.: (0**83) 3444-1225

[SEGURO]

PROCESSO Nº 0801562-32.2019.8.15.0881

AUTOR: ALISSON GOMES DE MORAIS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Cuida-se de pedido de concessão de assistência judiciária gratuita formulado pela parte autora, ao argumento de que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários sem prejuízo próprio e de sua família.

O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que pode ser afastada diante de outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira.

A propósito do tema, eis a orientação do STJ, firmada já sob a égide do CPC/2015:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, FORMULADO PELA UNIÃO, CONTRA PENSIONISTA DE SERVIDOR PÚBLICO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. REQUERIMENTO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO, NA ORIGEM, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS. REEXAME, NESTA CORTE. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. (...). II. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento, interposto por pensionista de servidor público federal, contra decisão que - nos autos de Cumprimento de Sentença, formulado contra a UNIÃO - indeferira a concessão dos benefícios da assistência judiciária à ora agravante, já na vigência do CPC/2015, ao entendimento de que "a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência não é absoluta, devendo ser sopesada com as demais provas existentes nos autos, podendo o juiz exigir a comprovação da situação de miserabilidade para analisar o pleito de assistência judiciária gratuita". III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida. IV. Ainda sob a égide do CPC/73, "este Superior Tribunal posiciona-se no sentido de que a declaração de pobreza, com o intuito de obtenção dos benefícios da justiça gratuita, goza de presunção relativa, admitindo-se prova em contrário (AgRg no AREsp 259.304/PR, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe



31/05/2013)" (STJ, AgInt no AREsp 870.424/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/06/2016). V. Na forma da jurisprudência do STJ, "o magistrado pode indeferir ou revogar o benefício, havendo fundadas razões acerca da condição econômico-financeira da parte ou, ainda, determinar que esta comprove tal condição, haja vista a declaração de hipossuficiência de rendas deter presunção relativa de veracidade, admitindo prova em sentido contrário" (STJ, AgRg no AREsp 363.687/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/07/2015). VI. Outrossim, "embora seja certo que o Novo CPC estabelece, em seu art. 99, que o pedido de reconhecimento do direito personalíssimo à gratuidade de justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso - estabelecendo uma presunção de veracidade e de boa-fé por parte do requerente -, acolhe, no parágrafo 2º, a jurisprudência consolidada do STJ, no sentido de que o juiz pode indeferir a benesse, de ofício, contanto que, antes de indeferir o pedido, propicie à parte requerente a comprovação do preenchimento dos pressupostos legais. Ademais, o CPC/2015 não revogou o art. 5º, caput, da Lei 1.060/1950, que prevê que o juiz deve indeferir, de ofício, o pedido de gratuidade justiça, caso tenha fundadas razões" (STJ, REsp 1.584.130/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 17/08/2016). VII. Tendo o Tribunal de origem, soberano na apreciação de fatos e provas, mantido a decisão de 1º Grau, que indeferira o pedido de assistência judiciária, haja vista que as provas e circunstâncias da causa são incompatíveis com a alegada necessidade do benefício, revela-se inviável o reexame de tal conclusão, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ. A propósito: STJ, AgInt no AREsp 871.303/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 21/06/2016. VIII. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1104835/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 09/03/2018)

Ademais, verifica-se que a parte requerente pleiteia a gratuidade sem sequer indicar o valor das despesas e das custas. Somente com a apuração do valor é que se saberá se há ou não capacidade para o pagamento sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Saliente-se que é possível simular a importância a ser recolhida por meio de ferramenta disponibilizada por esta Corte em seu sítio eletrônico.

É importante ressaltar, por fim, que o art. 98, § 5º, autoriza o deferimento da gratuidade de forma parcial, o que, também, dependerá da demonstração da situação econômica da parte autora.

ANTE O EXPOSTO, com fundamento no § 2º do art. 99 do CPC:

- 1 – determino a intimação da parte que requer a gratuidade para, em quinze dias e sob pena de indeferimento do benefício, apresentar documentos capazes de comprovar sua hipossuficiência.
- 2 – Deverá a parte, necessariamente, apresentar simulação do valor das custas e das despesas, que pode ser realizada a partir do seguinte endereço eletrônico: <<https://app.tjpb.jus.br/custasonline/paginas/custas/previas/custasprevias.jsf>>.
- 3 – Sem prejuízo de outros documentos que reputar convenientes, a parte poderá demonstrar sua hipossuficiência econômica por meio dos seguintes documentos:
 - a. cópia dos extratos bancários de contas de titularidade da parte autora dos últimos três meses e de eventual cônjuge;
 - b. cópia dos extratos de cartão de crédito da parte autora dos últimos três meses e de eventual cônjuge;
 - c. cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge;
 - d. cópia da última declaração do imposto de renda da parte autora apresentada à Secretaria da Receita Federal;



e. cópia dos balancetes dos últimos três meses da parte autora, caso seja pessoa jurídica;

f. cópia da inscrição como trabalhador rural junto ao sindicato correspondente, caso se autodeclare agricultor.

4 – A parte poderá, ainda, no mesmo prazo, recolher as custas judiciais e despesas processuais.

Intime-se. Após o decurso do prazo assinalado, com ou sem a justificação, certifique a serventia o fato e retornem os autos conclusos para decisão.

Nos termos do Art. 108 do Código de Normas Judicial, da Douta Corregedoria de Justiça da Paraíba, confiro a esta decisão força de mandado/ofício para as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

Providências necessárias. Cumpra-se.

São Bento - PB, na data da assinatura eletrônica.

JOSÉ NORMANDO FERNANDES

Juiz de Direito em substituição

Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, da Lei 11.419/2006.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENTO, PARAÍBA.

PROCESSO Nº 0801562-32.2019.8.15.0881

ALISSON GOMES DE MORAIS, já qualificado nos autos do presente processo que move em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**, vem, por meio do seu bastante advogado, em atenção ao despacho dos autos, **EXPOR** e **REQUERER** o que segue.

O Magistrado determinou por despacho a juntada de documentos com o objetivo de comprovar a hipossuficiência do autor, tendo em vista o requerimento de gratuidade da justiça.

Por meio da presente petição o causídico **INFORMA** a priori que o autor encontra-se viajando a trabalho e não foi possível conseguir todas as documentações requeridas.

Contudo, ressalte-se que consta nos “Declaração de isento de imposto de renda;” “declaração de pobreza”, assim como agora passa a anexar o CNIS atualizado do autor que comprova que atualmente o mesmo percebe um salário de R\$1.400,00 (mil e quatrocentos reais) que utiliza para aluguel, alimentação e deslocamento entre as cidades para trabalhar.

Conforme requerido, consta em anexo a esta a simulação do valor das custas e despesas as quais requer a gratuidade, esta que conforme cálculo em anexo conta com o valor de R\$ 626,47 (seiscentos e vinte e seis reais e quarenta e sete centavos) valor este de caráter expressivo mesmo que o autor possua atualmente renda fixa, esta que utiliza para a própria sobrevivência. Portanto, encontra-se impossibilitado de efetuar o pagamento de custas, o que impediria ao mesmo o acesso à jurisdição.

Cabe destacar que a lei não exige atestada miserabilidade do requerente, sendo suficiente a “*insuficiência de recursos para pagar as custas, despesas processuais e honorários advocatícios*”, demonstrado a partir dos documentos em anexo.

Isto posto, **PUGNA** pelo deferimento integral dos benefícios da gratuidade da justiça, tendo em vista que a documentação em anexo confirma que a renda recebida pelo autor atualmente não lhe permite o pagamento de custas judiciais ainda que com desconto, o que ficou comprovado por toda a documentação em anexo.

Termos em que, pede deferimento.

Pombal, Paraíba, 11 de Fevereiro de 2020.

Dr. **Jaques Ramos Wanderley**
OAB/PB 11.984

Dr^a. **Patrícia Rebeca Souza Freitas**
OAB/PB 24.064





INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Extrato Previdenciário

Página 1 de 1

07/02/2020 16:01:37

Identificação do Filiado

NIT: 200.63965.49-0 **CPF:** 100.616.604-18 **Nome:** ALISSON GOMES DE MORAIS
Data de nascimento: 26/05/1994 **Nome da mãe:** ANA GOMES RAMALHO DE MORAIS

Relações Previdenciárias

Seq.	NIT	Código Emp.	Origem do Vínculo	Data Início	Data Fim	Tipo Filiado no Vínculo	Últ. Remun.	Indicadores
1	200.63965.49-0	02.238.732/0001-40	OLINDINA SERVICOS GERAIS LTDA	21/05/2012	30/07/2012	Empregado	07/2012	
Remunerações								
	Competência	Remuneração	Indicadores	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores
	06/2012	700,00		699,90				
2	200.63965.49-0	32.802.395	5 SOLAR EMPREENDIMIENTOS IMOBILIARIOS LTDA	16/10/2019		Empregado	12/2019	
Remunerações								
	Competência	Remuneração	Indicadores	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores
	10/2019	776,53		1.456,00		12/2019	1.456,00	



Legenda de Indicadores


Indicador	Descrição
PREC-MENOR-MIN	Recolhimento abaixo do valor mínimo





Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade>
com o código 2002071UJ6Y256

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 088.4.20.00135/01
			Data de emissão: 11/02/2020
Nº do Processo:	Comarca: Sao Bento	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 29/02/2020
Número da guia: 088.2020.600135 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,51
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 515,10 Promovente: ALISSON GOMES DE MORAIS - Taxa Judiciária: R\$ 111,37 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 627,82
			Desconto total: R\$ 0,00
866400000067 278209283185 520200229083 842000135017 			Valor final: R\$ 627,82

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 088.4.20.00135/01
			Data de emissão: 11/02/2020
Nº do Processo:	Comarca: Sao Bento	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 29/02/2020
Número da guia: 088.2020.600135 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,51
Promovente: ALISSON GOMES DE MORAIS Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 627,82
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 627,82

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 088.4.20.00135/01
			Data de emissão: 11/02/2020
Nº do Processo:	Comarca: Sao Bento	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 29/02/2020
Número da guia: 088.2020.600135 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,51
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 515,10 Promovente: ALISSON GOMES DE MORAIS - Taxa Judiciária: R\$ 111,37 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 627,82
			Desconto total: R\$ 0,00
866400000067 278209283185 520200229083 842000135017 			Valor final: R\$ 627,82





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 088.2020.600135

Data Vencimento: 29/02/2020

Data Emissão: 11/02/2020

Comarca: Sao Bento

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: ALISSON GOMES DE MORAIS

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Valor da Causa: R\$ 7.425,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 515,10

Taxa: R\$ 111,37

Total da Guia: R\$ 626,47

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENTO

Fórum "Gov. João Agripino Filho", Rua Praça Álvaro Dias, 65, Centro, São Bento-PB, cep 58.865-000 Tel.: (83) 3444-1225

E-mail: sbe-vuni@tjpb.jus.br

NÚMERO DO PROCESSO: 0801562-32.2019.8.15.0881

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / ASSUNTO: [Seguro]

PROMOVENTE: ALISSON GOMES DE MORAIS

PROMOVIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Durante o período em que venho exercendo a jurisdição nesse Tribunal, observo que o pleito de gratuidade é deduzido indistintamente, em todas as espécies de ação.

O Código de Processo Civil acaba por incentivar esse costume ao determinar que o pedido somente poderá ser indeferido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta de pressupostos legais, presumindo-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural (art. 99, §§ 2º e 3º).

Contudo, é importante lembrar que, segundo a Constituição Federal, "o Estado prestará assistência jurídica" (art. 5º, LXXIV, CF/88). A concessão integral e indiscriminada da gratuidade aos que simplesmente alegam, sem comprovar a insuficiência de recursos acaba ignorando o que determinou o constituinte originário.

Ademais, a movimentação da máquina judiciária demanda custos, como ocorre na prestação de qualquer serviço público ou privado. O fato de o jurisdicionado ser agraciado com a Justiça Gratuita implica o repasse dessas despesas a alguém. Embora exista certa previsibilidade orçamentária para cobrir tais despesas, o deferimento indistinto do benefício reflete de forma negativa no orçamento da Justiça.

Diante dessas considerações, entendo que há de se buscar uma solução equilibrada para a questão. A propósito, o Código de Processo Civil, a despeito de conferir presunção de veracidade à alegação de hipossuficiência econômica, autoriza o afastamento dessa presunção, quando há nos autos elementos em sentido contrário (art. 99, § 2º, do CPC) ou quando feita por pessoa jurídica (art. 99, § 3º, do CPC), sobretudo quando constituída na forma de empresa, exercendo, pois, atividade econômica. A nova lei processual também autoriza a concessão de isenção parcial e o parcelamento do pagamento da obrigação, senão vejamos:

"Art. 98. (...) § 5º. A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

§ 6º. Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento."

Considerando essa maleabilidade conferida pelo legislador ordinário, entendo que, de um lado, a determinação de pagamento do valor integral das custas realmente traria à parte autora uma sobrecarga para o seu sustento e de sua família, sobretudo em razão dos elevados valores constantes da tabela de custas do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Entretanto, a determinação de pagamento parcial das custas é medida razoável, servindo, a um só tempo, para atenuar o repasse das despesas ao orçamento da Justiça e para demonstrar ao jurisdicionado que o serviço tem um custo.

No caso em tela, considerando o valor atribuído à causa, o valor total das custas prévias (aqui incluídas as custas, taxa judiciária, despesas com comunicação postal e/ou mandado) alcança a quantia de R\$ 626,47. Por outro lado, embora a parte autora sustente ser hipossuficiente economicamente, verifico que possui emprego certo e auferir renda mensal de R\$ 1.456,00.

Com base no permissivo legal (art. 98, § 5º, CPC) e considerando as premissas aqui externalizadas, reduzo o valor das custas a 20% (vinte por cento) do valor originário, autorizando, ainda, o parcelamento do pagamento em 6 parcelas.



Observo que, quando da emissão de cada guia, será acrescido o valor de R\$ 1,35, a título de tarifa bancária.

ANTE O EXPOSTO, com fundamento nos arts. 98, § 5º e 6º, e 99, § 2º, do CPC, defiro em parte a gratuidade e o parcelamento do recolhimento das custas judiciais, nos seguintes termos:

a) Redução de custas e taxa judiciária a 20% do valor original e o parcelamento do pagamento em 06 parcelas. Vale lembrar que a emissão de cada guia gerará um custo de R\$1,35 de tarifa bancária;

b) Cada guia deverá ser gerada no link “custas ocasionais” (<<https://app.tjpb.jus.br/custasonline/paginas/custas/ocasionais/custasocasionais.jsf>>;

c) O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até o último dia do mês em que ocorre a intimação. A segunda parcela deverá ser recolhida no prazo de trinta dias, a contar do pagamento da primeira parcela, e assim sucessivamente. O julgamento do processo dependerá da prova de recolhimento de todas as parcelas.

Ao cartório:

Havendo recolhimento do valor total ou da primeira parcela, venham os autos conclusos;

Após recolhida a primeira parcela, não haverá necessidade de fazer conclusão do processo toda vez que for informado o pagamento das prestações subsequentes, salvo se o processo estiver pronto para julgamento, hipótese em que deverá ser certificado o cumprimento integral da obrigação.

Expedientes necessários.

Cumpra-se, com atenção.

São Bento/PB, data do protocolo eletrônico.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, Lei nº 11.419/2006]

JANETE OLIVEIRA FERREIRA RANGEL
Juíza de Direito em substituição





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE SÃO BENTO
Fórum Gov. João Agripino Filho
Praça Álvaro Silva, 65, Centro, São Bento-PB
CEP 58.865-000 Tel.: (83) 3444-1225

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Seguro]

Processo nº 0801562-32.2019.8.15.0881

AUTOR: ALISSON GOMES DE MORAIS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Vara Única, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) ALISSON GOMES DE MORAIS devidamente INTIMADO(A)(S) do despacho de ID. 30464684.

São Bento-PB, 12 de maio de 2020.

JAMILLY BELIZA BEZERRA FERNANDES
Técnica Judiciária







TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE SÃO BENTO
Fórum Gov. João Agripino Filho

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) [Seguro] Processo nº 0801562-32.2019.8.15.0881
AUTOR: ALISSON GOMES DE MORAIS REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO
SEGURO DPVAT S.A.

*Certifico, para os devidos fins, que o sistema registrou ciência da parte intimada e prazo final para
irresignação da decisão de id. 30464684. Senão vejamos:*

ALISSON GOMES DE MORAIS Prazo: 15 dias

O referido é verdade. Dou fé.
São Bento-PB, 4 de junho de 2020.
THALES DINIZ NOBRE Chefe de Cartório



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENTO, PARAÍBA

Processo nº: **0801562-32.2019.815.0881**

ALISSON GOMES MORAIS, já qualificado nos autos do presente processo, *em epígrafe*, que move em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS S/A, vem, por meio do seu bastante advogado, INFORMAR Que tomou ciência da decisão de deferimento parcial das custas, com o desconto de 20% (cinte por cento), bem como, o parcelamento das mesmas, ao mesmo tempo, que informa que está providenciando o pagamento, conforme determinação deste juízo.

***Termos em que,
Pede deferimento.***

Pombal – PB, 04 de junho de 2020.

Dr.^a **Mayara M. Q. Wanderley**
OAB/PB 18.791

Dr.^a **Thaís Nóbrega de Souza**
OAB/PB 22.419

Jaques Ramos Wanderley
OAB/PB 11.984



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENTO – PB.

Autos sob o nº. 0801562-32.2019.815.0881

ALISSON GOMES MORAIS, já devidamente qualificado nos autos da ação, *em epígrafe*, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu advogado, *Bel. Jaques Ramos Wanderley, OAB/PB 11.984*, vem, **REQUER**, a juntada da PRIMEIRA parcela PAGA da guia de recolhimento de custas processuais, *em anexo*, para que assim seja dado seguimento ao feito.

*Termos em que,
Pede Deferimento.*

Pombal – PB, 16 de junho de 2020.

Dr. **Jaques Ramos Wanderley**
OAB/PB 11.984

Dr. **Thaís Nóbrega de Souza**
OAB/PB 22.419



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
16/06/2020 - AUTO-ATENDIMENTO - 08.23.57
2418X02418

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: LIVIA M MORAIS MEDEIROS
AGENCIA: 2418-X CONTA: 11.299-2 VAR:51/01
=====

Total debitado na Variacao: 51	32,80
--------------------------------	-------

=====

Convenio TRIBUNAL DE JUSTIÇA-PB

Codigo de Barras	86640000000-0	32800928318-0
	52020063008-2	88200049901-3

Data do pagamento	16/06/2020
Valor Total	32,80

=====

DOCUMENTO: 061601
AUTENTICACAO SISBB:
9.752.59A.464.86F.54E





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENTO

Fórum "Gov. João Agripino Filho", Rua Praça Álvaro Dias, 65, Centro, São Bento-PB, cep 58.865-000 Tel.: (83) 3444-1225

E-mail: sbe-vuni@tjpb.jus.br

NÚMERO DO PROCESSO: 0801562-32.2019.8.15.0881

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / ASSUNTO: [Seguro]

PROMOVENTE: ALISSON GOMES DE MORAIS

PROMOVIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

1. SOBRE A GRATUIDADE JUDICIÁRIA

No despacho anterior, foi deferida em parte a gratuidade das custas judiciais reduzidas a 20% do valor original e o parcelamento do recolhimento das custas judiciais.

A parte autora trouxe aos autos comprovante do pagamento da primeira parcela, razão pela qual o feito terá prosseguimento.

2. SOBRE O ANDAMENTO PROCESSUAL

Desde a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, o réu não mais é citado para oferecer resposta, mas para comparecer à audiência de conciliação ou de mediação (CPC, art. 334).

Todavia, é de conhecimento deste Juízo que a promovida só celebra acordos quando há perícia nos autos, de forma que se afigura desnecessária e mesmo desaconselhável, por se tratar de ato ineficiente (CF, art. 37) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (CF, art. 5º, inciso LXXVII), a designação exclusiva de audiência de conciliação, quando já se anuncia infrutífera a sua realização. Nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, e mesmo como fase preliminar da própria audiência de instrução (CPC, art. 359), motivo pelo qual não vislumbro prejuízo às partes.

Diante disso, CITE-se a promovida para apresentar resposta, num prazo de 15 (quinze) dias.

2. Com a resposta, intime-se a parte autora para, querendo, impugnar a contestação, no prazo de 15 dias.

Expedientes necessários.

Cumpra-se, com atenção.

São Bento/PB, data do protocolo eletrônico.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, Lei nº 11.419/2006]

JANETE OLIVEIRA FERREIRA RANGEL

Juíza de Direito em substituição





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE SÃO BENTO
Fórum Gov. João Agripino Filho
Praça Álvaro Silva, 65, Centro, São Bento-PB
CEP 58.865-000 Tel.: (83) 3444-1225

EXPEDIENTE DE CITAÇÃO

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Seguro]

Processo nº 0801562-32.2019.8.15.0881

AUTOR: ALISSON GOMES DE MORAIS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Vara Única de São Bento-PB, fica a SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. DPVAT S.A. devidamente CITADA para apresentar resposta, num prazo de 15 (quinze) dias. São Bento-PB, 9 de julho de 2020.**JAMILLY BELIZA BEZERRA FERNANDES**
Técnica Judiciária

